

Marxismo como Ciência: desafios históricos e desenvolvimento teórico*

MICHAEL BURAWOY**

A sociologia clássica com frequência minimizou a reivindicação do estatuto científico do marxismo (Hughes, 1958, Capítulo 3). Weber, Durkheim, Pareto e, mais recentemente, Parsons atacaram o marxismo por substituir a razão científica pela paixão moral e pela metafísica hegeliana, por não tratar as evidências com seriedade e por não adotar as técnicas da ciência social moderna. Os próprios marxistas debateram intensamente sobre o estatuto científico do marxismo, a ponto de serem convencionalmente divididos em dois campos opostos — marxistas *científicos*, que tentam estabelecer leis do desenvolvimento econômico por analogia às leis das ciências naturais, e marxistas *críticos*, que negam a existência de qualquer determinismo fixo e se concentram na irracionalidade do capitalismo, no abismo entre o que é e o que poderia ser. Determinismo versus voluntarismo, ciência versus revolução, materialismo versus idealismo, o velho Marx versus o jovem Marx, têm sido antinomias duradouras dentro do marxismo (Gouldner, 1980, Capítulo 2). No entanto, seja do ponto de vista da sociologia ou dentro do próprio marxismo, as críticas às supostas falhas científicas raramente foram explicitadas com cuidado, muito menos submetidas a exame empírico. Esta é a tarefa deste ensaio. Tarefa essa que requer, no entanto, que primeiro recorramos à filosofia para esclarecer os possíveis significados de ciência.

* As ideias contidas neste artigo foram desenvolvidas em cursos de pós-graduação que ministrei sobre marxismo, metodologia e filosofia da ciência na última década. Gostaria de agradecer a todos os alunos que participaram. O artigo se beneficiou consideravelmente dos comentários críticos e construtivos do editor, do editor de texto, de cinco revisores anônimos da ASR e de Julia Adams. Tradução do original "Marxism as Science: Historical Challenges and Theoretical Growth", *American Sociological Review*, 1990, v. 55, n. 6, p. 775-793, por Mateus M. G. Azevedo, Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: mateusmga.ba@gmail.com

** Professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley, de 1976 a 2025.

O que devemos entender por ciência?

“A história da ciência sem filosofia da ciência é cega” (Lakatos, 1978, p. 102). Para trazer sentido à história de qualquer pretensa ciência e avaliar seu status científico, é necessário trabalhar com uma concepção clara de ciência. Mas qual concepção? A filosofia da ciência nos oferece diversos modelos. A primeira parte deste ensaio busca demonstrar que a metodologia dos programas científicos de pesquisa de Lakatos é a mais coerente do ponto de vista filosófico e lógico. Ademais, essa metodologia tem a vantagem de fornecer – ou melhor, de exigir – a avaliação de uma *sequência* histórica de teorias e não apenas de uma teoria isolada. Muitas vezes, o marxismo como um todo é condenado com base nos supostos pecados de uma de suas teorias – seja de Lenin, Stalin, Marx, Engels ou qualquer outro – em vez de se considerar cada teoria como parte de uma tradição em evolução.

A filosofia até pode nos fornecer os modelos, mas sua relevância deve ser estabelecida: “A filosofia da ciência sem a história da ciência é vazia” (Lakatos, 1978, p. 102). Filósofos, com frequência, apelam a exemplos isolados de progresso científico para sustentar sua concepção particular de ciência, mesmo sem realizar análises históricas sistemáticas. Como veremos, eles frequentemente praticam o oposto do que pregam – explicando como a ciência *deveria* funcionar sem antes examinar de fato como ela é conduzida. Isso se torna particularmente evidente nos comentários filosóficos sobre o marxismo, em que se afirma seu status não-científico ou pseudocientífico sem estudar a relação entre seus modelos de ciência e seu desenvolvimento histórico. Portanto, na segunda parte deste ensaio, examinarei a história do marxismo em relação ao modelo de racionalidade científica proposto por Lakatos.

Isso servirá de base para a terceira e última parte, onde argumento que o marxismo perde seu caráter científico quando nega sua própria historicidade, isto é, quando renuncia ao diálogo entre sua racionalidade historicamente emergente e os desafios históricos externos que enfrenta. Em outras palavras, o marxismo é mais bem-sucedido como ciência quando há uma reciprocidade equilibrada entre suas histórias interna e externa. Tentarei aplicar esse raciocínio, a partir do desafio lançado ao marxismo pelo colapso do “comunismo” na Europa Oriental e na União Soviética. Mas, antes de tratar sobre esses assuntos, devo abordar as concepções concorrentes de ciência.

Da Indução ao Falsificacionismo

A filosofia contemporânea da ciência passou de concepções normativas, que buscavam o método da ciência, para caracterizações enraizadas na história, que procuram estabelecer as condições lógicas para o desenvolvimento do conhecimento. Os primeiros modelos indutivos associados a Hume, Mill e à escola do positivismo lógico (Nagel e Hempel) insistiam que as leis científicas deveriam

ser derivadas do exame empírico dos fatos. A partir desse ponto de vista, alega-se que o marxismo, em vez de responder aos fatos, se impõe sobre. Dessa forma, ele seria ideologia, metafísica, religião ou paixão moral — mas não ciência (Kolakowski, 1978, p. 525-6). Durkheim é claro em sua colocação: “A verdade é que os fatos e observações reunidos por teóricos [marxistas] ansiosos por documentar suas afirmações dificilmente estão ali presentes, exceto quando servem para dar forma aos seus argumentos. Suas pesquisas foram realizadas para estabelecer uma doutrina que já haviam concebido previamente, e não como resultado da própria pesquisa” (Durkheim, 1958 [1896], p. 8).

As conclusões de Popper sobre o marxismo foram semelhantes, mas baseadas em uma concepção muito diferente de ciência. Para ele, a ciência não é uma máquina de indução que deriva leis dos fatos. As teorias necessariamente precedem os fatos, pois determinam quais fatos são relevantes. Os fatos não existem nem para gerar teorias nem para confirmá-las, mas para falsificá-las. A ciência avança, portanto, não por meio do ajuste entre teoria e realidade ou da explicação da maior variância possível, mas sim pela refutação de conjecturas ousadas¹. Na visão de Popper, as melhores teorias são aquelas que muito improvavelmente são verdadeiras, mas que “resistem” a tentativas sistemáticas de refutação.

Assim, a teoria original de Marx sobre o colapso do capitalismo seria, nesse sentido, uma conjectura ousada e, portanto, científica, mas que se provou falsa e, por isso, deveria ser rejeitada. “Em vez de aceitar as refutações, os seguidores de Marx reinterpretaram tanto a teoria quanto a evidência para fazê-las coincidir. Dessa forma, eles salvaram a teoria da refutação; mas fizeram isso ao custo de adotar um artifício que a tornava irrefutável. Deram-lhe, portanto, uma ‘reviravolta convencionalista’ e, por esse estratagema, destruíram sua tão alardeada reivindicação ao status científico.” (Popper, 1963, p. 37; ver também Popper, 1945, Capítulos 15-21). De acordo com Popper, os marxistas buscavam *confirmações* de suas teorias, ao invés de estabelecer critérios para sua *falsificação*. O marxismo, assim como a psicanálise, não poderia ser refutado e, portanto, não poderia ser uma ciência verdadeira.

Conhecimento Pessoal

Como relato da história da ciência, o “falsificacionismo” de Popper mostrou-se tão falho quanto o “verificacionismo” que pretendia substituir. Grandes avanços, frequentemente, ocorreram quando cientistas se recusaram a aceitar refutações, quando eles transformaram uma aparente falsificação em uma brilhante corroboração da teoria original. Ao examinar a ciência, Polanyi (1958, Capítulo 1) concluiu que os “dados” nunca foram tão cruciais para os avanços científicos quanto alegavam o verificacionismo e o falsificacionismo. Em sua visão, os dados foram frequentemente incorretos, ignorados ou enganosos, e, por isso, a ciência não pode

¹ *Bold conjectures*, no original (N.T).

ser reduzida a um processo “objetivo” que liga teoria a dados, nem a uma “lógica” ou “algoritmo” como a “indução” ou a “falsificação”. Apesar de seus controles empíricos, a ciência ainda possui um núcleo irredutivelmente subjetivo, baseado em conhecimento pessoal, e não em conhecimento impessoal. A ciência envolve habilidades tácitas que não podem ser completamente articuladas, mas devem ser adquiridas por meio do aprendizado prático (Capítulo 4). Ela exige paixão para selecionar o que é vital, saltos de imaginação e capacidade de convencer os outros a ver o mundo de maneira nova (Polanyi, 1958, p. 132-74). Polanyi argumentava que sustentar essas habilidades, paixões e compromissos é um processo delicado. Ele requer uma comunidade científica autorregulada, que seja independente da política (Capítulo 7).

Para Polanyi, o marxismo era o inimigo da verdadeira ciência (Polanyi, 1958, p. 227-245), na medida em que pregava a subordinação da ciência à sociedade, destruindo a comunidade que nutria as habilidades, paixões e compromissos do conhecimento pessoal. Baseando a sua visão no Marxismo Soviético enquanto protótipo de todo o marxismo, Polanyi alegava que o marxismo era a imoralidade disfarçada de ciência. Suas pretensões universalistas de cientificidade serviriam para atrair cientistas, ao mesmo tempo que ocultavam suas reais intenções – instaurar uma sociedade totalitária que destruiria a própria ciência. Para Polanyi, o marxismo era o caso mais emblemático de “força moral da imoralidade”.

Ciência Normal e Ciência Revolucionária

Assim como Polanyi, Thomas Kuhn (1962) vinculou o desenvolvimento do conhecimento à comunidade científica. Ele afirmava que não existe um único “método científico”. O que chamamos de “método científico” – seja a indução ou a falsificação – nada mais é do que um rótulo que aplicamos retrospectivamente à história da ciência, a fim de dar a impressão de que o nosso conhecimento atual é o desdobramento natural de um processo objetivo e racional, emergindo de modo independente do contexto histórico e social.

A ciência real se desenvolve de maneira muito diferente. Aqui, Kuhn ultrapassa a teoria do conhecimento pessoal de Polanyi ao propor uma concepção mais sociológica do desenvolvimento científico. Enquanto Polanyi focava nos grandes avanços da ciência, o que podemos chamar de momentos excepcionais de descobertas científicas, Kuhn distinguiu essa ciência *revolucionária* daquilo que ele denominou de ciência *normal*. Cientistas “normalmente” operam dentro de paradigmas que são tomados como corretos – paradigmas que estabelecem tanto suposições, questões e anomalias compartilhadas quanto exemplares e modelos para resolvê-las. O traço mais característico da ciência, segundo Kuhn, não são as revoluções, mas o trabalho sistemático de resolução de quebra-cabeças², ou seja, a absorção ou “normalização” de contra-exemplos às teorias de um paradigma. Na

2 No original, *puzzle solving*, p. 777.

concepção de ciência defendida por Kuhn, o acúmulo de anomalias não resolvidas, somada à pressão da emergência de paradigmas concorrentes leva a um período de crise, durante o qual os cientistas começam a perder confiança no paradigma vigente. O paradigma se rompe e inicia-se um período de ciência revolucionária, no qual diferentes paradigmas competem pela adesão dos cientistas. A normalidade é restaurada quando um novo paradigma consensual se estabelece.

Para Kuhn, os paradigmas representaram visões de mundo distintas, sendo, assim, incomensuráveis e incompatíveis entre si. Diferentes paradigmas basearam-se em diferentes suposições, levantaram diferentes perguntas e, portanto, apresentaram aos cientistas diferentes quebra-cabeças. Os mesmos dados podem ser interpretados de maneiras distintas, de modo que os próprios fatos são relativos ao paradigma adotado. Fora do julgamento da própria comunidade científica – de seu conhecimento pessoal ou de suas habilidades tácitas – não há um conjunto único de critérios objetivos que possa estabelecer a superioridade de um paradigma sobre outro. A escolha entre paradigmas é, assim, um processo social ou até psicológico, mais do que lógico ou racional.

O trabalho de Kuhn não foi motivado pelo anticomunismo de Polanyi e tampouco tratava diretamente do status científico do marxismo. Contudo, ele entendia que a existência de uma pluralidade de enquadramentos teóricos concorrentes nas ciências sociais era evidência de que essas disciplinas ainda não seriam verdadeiramente científicas, de modo que ainda se encontrariam em uma estágio pré-paradigmático. Nas ciências sociais, não há um compromisso consensual com um único paradigma que permita florescer uma ciência normal de resolução de quebra-cabeças (Kuhn, 1962, p. viii, 20-21, 160). Kuhn concordava com Popper ao dizer que o marxismo não é uma ciência, mas por motivos diferentes, não porque ele não pudesse ser falsificado, mas porque seus praticantes não estavam primordialmente preocupados em normalizar suas anomalias (Kuhn, 1970, p. 7-8).

A Metodologia Dos Programas Científicos De Pesquisa

Kuhn sistematizou e ampliou as ideias de Polanyi, mas falhou em esclarecer suficientemente a dinâmica interna dos paradigmas, a chamada ciência normal, ou mesmo a lógica da transição de um paradigma para outro. Lakatos (1978) tentou preencher as lacunas da dinâmica dos paradigmas, através do que ele chamou de programas científicos de pesquisa, e da transição de um programa para outro.

O ponto de partida de Lakatos foi a teoria de Popper sobre o desenvolvimento da ciência por meio da falsificação, contudo ele arrasta essa ideia às suas consequências lógicas. Segundo Lakatos, a ciência não cresce por meio da refutação de conjecturas, mas sim pela refutação das refutações das teorias centrais. Embora concordasse com Popper quanto às falhas da indução, Lakatos mostrou que, se as teorias fossem rejeitadas toda vez que enfrentassem uma instância contraditória³,

3 *Counter-instance*, no original.

a ciência jamais avançaria. Ela se afogaria em um oceano de anomalias. Por isso, Lakatos propôs que os cientistas, em vez de considerar as anomalias como motivo para rejeitar suas teorias, deveriam refutar as anomalias para defender suas teorias.

Refutar instâncias contraditórias é o que Kuhn anteriormente chamava de resolução de quebra-cabeças. Mas Lakatos conferiu maior precisão a esse processo. Para ele, cada programa de pesquisa possui um núcleo duro, que os cientistas protegem de refutação por meio da formulação de hipóteses auxiliares. Não se trata apenas de eliminar anomalias, mas de fazê-lo de um modo que amplie o conteúdo empírico do programa de pesquisa. Ou seja, o objetivo não é apenas reduzir o número de anomalias, como propunha Kuhn, mas sim explorar anomalias específicas para aumentar o poder explicativo do programa. Os cientistas não devem temer as anomalias, mas deviam persegui-las, porque são elas que impulsionam o avanço do programa de pesquisa.

Segundo Lakatos, cada programa é regido por seus próprios princípios de desenvolvimento, ou o que ele chama de *heurísticas*. De acordo com a *heurística negativa* do programa, o núcleo duro deve ser defendido a todo custo. Esse núcleo compreende não apenas teorias, mas também as suposições e questões que definem o programa. A *heurística positiva*, por outro lado, indica as ferramentas com as quais o núcleo deve ser defendido. São os exemplares e modelos utilizados para construir hipóteses auxiliares e transformar uma refutação aparente em uma corroboração da teoria central. A heurística positiva também orienta o cientista em direção às anomalias mais importantes a serem resolvidas.

Um programa de pesquisa desenvolve-se, portanto, por meio da construção de um cinturão expansivo de teorias auxiliares que lidam sucessivamente com os contra-exemplos à teoria central. Aqui, Lakatos faz uma distinção entre os programas de pesquisa progressivos e degenerativos. Em um programa *progressivo*, os novos cinturões teóricos expandem o conteúdo empírico do programa, não apenas absorvendo anomalias, mas fazendo previsões, das quais algumas são corroboradas. Em um programa *degenerativo*, os cinturões sucessivos estão apenas olhando para trás, remendando anomalias de maneira *ad hoc*, restringindo o escopo da teoria ou simplesmente barrando contra-exemplos. Num programa degenerativo, as novas teorias não antecipam novos fatos e, portanto, o conhecimento não se desenvolve.

Lakatos afirmava que os cientistas devem abandonar os programas degenerativos em favor dos progressivos. Ele tentou conferir uma lógica “supraprogramática” à transição kuhniana de um paradigma para outro. Embora não tenha fornecido critérios claros para avaliar a progressividade relativa de diferentes programas, Lakatos ofereceu um guia mais eficaz à lógica das revoluções científicas do que

Kuhn, que se referia apenas ao acúmulo de problemas não resolvidos e na sensação de crise dentro da comunidade científica⁴.

Lakatos considerava o marxismo como o protótipo do programa de pesquisa degenerativo. Embora os marxistas buscassem absorver anomalias, eles o faziam apenas reduzindo o conteúdo empírico do programa.

O marxismo alguma vez previu com sucesso um novo e impressionante fato? Nunca! Ele possui algumas previsões tão famosas quanto fracassadas. Previu o empobrecimento absoluto da classe trabalhadora. Previu que a primeira revolução socialista ocorreria na sociedade industrialmente mais desenvolvida. Previu que a sociedade socialista estaria livre de revoluções. Previu que não haveria conflitos de interesse entre países socialistas. Assim, as primeiras previsões do marxismo foram ousadas e impressionantes, mas fracassaram. Os marxistas explicaram todos esses fracassos: explicaram o aumento dos padrões de vida da classe trabalhadora por meio de uma teoria do imperialismo; eles até explicaram por que a primeira revolução socialista ocorreu na Rússia industrialmente atrasada; “explicaram” Berlim, 1953, Budapeste, 1956, Praga, 1968; “explicaram” o conflito sino-soviético; Mas suas hipóteses auxiliares foram todas elaboradas após os eventos para proteger a teoria marxista dos fatos. O programa newtoniano levou à descoberta de novos fatos; o marxista ficou para trás dos fatos e tem corrido para alcançá-los às pressas (Lakatos, 1978, p. 5–6; ver também Worrall, 1978, p. 55–57).

Eu argumento que esse é um retrato impreciso do Marxismo, que, na realidade, teve dramáticos sucessos e fracassos preditivos.⁵

Marxismo: um programa de pesquisa progressivo ou degenerativo?

Ao aplicar a metodologia dos programas científicos de pesquisa ao marxismo, se faz necessário ampliar certos elementos que permanecem pouco desenvolvidos nos escritos de Lakatos e seus alunos. Aqui eu simplesmente os apresento sem discussão. Sua importância se tornará clara nas seções subsequentes.

4 Lakatos foi amplamente criticado pelo caráter vago de suas normas supraprogramáticas e por insistir que programas aparentemente degenerativos poderiam sempre realizar um retorno, o que resulta no fato de que eles só poderiam ser avaliados retrospectivamente. Ver Hacking (1981; 1983, Capítulo 8); Newton-Smith (1981, Capítulo 4); Feyerabend (1975, Capítulo 16; 1981, Capítulo 10); Laudan (1977, Capítulo 3 e 5).

5 Recentemente, outras pessoas também apelaram para a ideia de um programa de pesquisa nas ciências sociais, mas suas concepções são muito mais vagas do que as minhas. Alexander (1982), por exemplo, usou a ideia para reconstruir o “neofuncionalismo” parsoniano, e Evans e Stephens (1989) a usaram para reconstruir a trajetória da teoria do desenvolvimento. Nenhum deles leva a sério os detalhes do esquema de Lakatos, a ideia de uma heurística positiva e negativa, a importância da previsão e os critérios de “progressividade” e “degeneração”. Howard Bernstein (1981) sugere como a ideia pode ser desenvolvida para a historiografia marxista, mas ele não leva isso muito longe.

1) Como o próprio Lakatos reconhece, mas não discute, o núcleo duro de um programa de pesquisa “[...] não emerge totalmente armado como Atena da cabeça de Zeus. Ele se desenvolve lentamente, por um longo processo preliminar de tentativa e erro” (Lakatos, 1978, p. 48, nota de rodapé 4). O mesmo pode ser dito dos modelos e exemplares da heurística positiva.

2) O núcleo duro de um programa de pesquisa não apenas se desenvolve ao longo do tempo, mas, frequentemente, é melhor compreendido como uma *família* de núcleos sobrepostos e, muitas vezes, concorrentes, que dão origem a *diferentes ramificações dentro de um único programa de pesquisa*. Cada ramificação reconstrói o núcleo por vias distintas. Nessa visão, teorias sucessivas se desenvolvem como *cinturões internos às ramificações*. O retrato de Lakatos, por outro lado, baseava-se em um núcleo duro unívoco e, por isso, não considerava a coexistência de ramificações divergentes, embora, ainda assim, interconectadas.

3) Apesar de ser difícil comparar um programa de pesquisa com outro, dentro de um único programa é possível identificar ramificações progressivas e degenerativas. Também podemos perguntar as razões de algumas dessas ramificações revelarem-se mais progressivas do que outras.

4) Ao avaliar novas ramificações ou sub-tradições dentro de um mesmo programa de pesquisa, pode ser necessário reconhecer a contribuição de “novas ideias” ou de “novos enquadramentos” que reorientam a pesquisa sem apresentar retornos imediatos em termos de previsões.

5) Nas ciências sociais, as anomalias são geradas externamente com a mesma frequência que internamente. As mudanças históricas oferecem um expansivo fundo de novas anomalias, o que exige a construção de novos cinturões teóricos dentro das ramificações existentes e, ocasionalmente, até mesmo novas ramificações do programa de pesquisa.

6) Na medida em que o marxismo se preocupa em transformar o mundo que estuda e não apenas refletir passivamente sobre ele, é importante que ele esteja particularmente comprometido tanto com a resolução de anomalias quanto com a formulação de previsões.

A Heurística Negativa

O que, então, constitui o núcleo duro do marxismo? O que seria aquilo a que os marxistas se apegam a todo custo e que, quando abandonam, deixam de ser marxistas? O que atrai não-marxistas a adotarem o programa de pesquisa marxista? Essas são questões amplamente debatidas e um consenso jamais foi alcançado em torno delas. O marxismo pode ser distinguido de outros corpos teóricos por sua ênfase nos fatores econômicos, por sua preocupação com a emancipação humana, pela centralidade de sua análise de classe ou por sua teoria do colapso do capitalismo; contudo as possibilidades são limitadas. Creio que podemos apreender essas limitações partindo da forma como o próprio Marx definiu o núcleo de sua obra.

No prefácio de *A Contribuição à Crítica da Economia Política* (Tucker, 1978, p. 4-5), Marx descreveu sua teoria do materialismo histórico como “o resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu como um fio condutor para meus estudos”. Ele delineou sete postulados principais, apresentados aqui na Tabela 1. Individualmente, Marx os elaborou em outros escritos, mas este é o único lugar em que ele os reuniu em um resumo coerente e conciso. Mesmo assim, esses postulados não definem um núcleo duro inequívoco do marxismo. Não há uma única interpretação consistente que suplante todas as outras, como Cohen (1978) tentou sustentar. Em vez disso, esses postulados forneceram os termos e o terreno para interpretações concorrentes e em constante evolução desse mesmo núcleo. Diferentes marxismos elaboraram, reinterpretaram e combinaram distintos postulados de acordo com os desafios (anomalias) gerados pela história.

A Heurística Positiva

A heurística positiva contém os modelos e exemplares que indicam formas distintas de desenvolver novas teorias dentro de um programa de pesquisa. Considero os escritos econômicos de Marx, especialmente os três volumes de *O Capital* (1967 [1867, 1885, 1894]), e seus escritos políticos, notadamente *O 18 de Brumário* (1963 [1852]) e *As Lutas de Classe na França* (1964 [1850]), como principais exemplos da teorização marxista. Esses textos elaboram a teoria central, delineada na Tabela 1, aplicada ao capitalismo. Descrevo aqui apenas os rudimentos dessas teorias, a fim de estabelecer como elas fundamentam o desenvolvimento subsequente do programa de pesquisa.⁶

Embora haja inúmeros insights nos escritos de Marx sobre o comunismo – a luta de classes, a acumulação primitiva e a ideologia –, a principal contribuição d’*O Capital* foi a teoria da dinâmica do capitalismo, culminando na inevitabilidade de seu colapso. Essa obra exemplifica o postulado P3 (Tabela 1): a maneira como as relações de produção inicialmente promove, mas depois bloqueiam o desenvolvimento das forças produtivas. Se as relações de produção dizem respeito às formas pelas quais o excedente é apropriado, as relações de produção capitalistas referem-se à apropriação de uma quantidade adicional de valor trabalho que excede aquilo que os trabalhadores recebem sob a forma de salários. Esse valor excedente é a origem do lucro, ao passo que os salários correspondem aos custos dos bens e serviços necessários para a reprodução da força de trabalho, isto é, da capacidade de trabalhar.

6 Como deve ser evidente, eu me afasto do Marxismo Clássico e do Estruturalismo Francês, que reduzem a verdade de Marx aos seus escritos científicos de maturidade, bem como da Teoria Crítica, que encontra o verdadeiro Marx em seus manuscritos hegelianos de juventude. Em minha opinião, as obras posteriores se relacionam com as anteriores como uma heurística positiva com uma heurística negativa. A teoria crítica inicial representa o núcleo do programa de pesquisa que é assumido nas específicas análises posteriores do capitalismo.

Tabela 1⁷ - Os Sete Postulados do Materialismo Histórico de Marx

P1: Para que haja história, homens e mulheres devem transformar a natureza em meios de sobrevivência, ou seja, devem produzir os meios de sua existência. “[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas” (p. 25).
P2: A “base econômica” ou modo de produção define os limites de variação da superestrutura. “A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (p.25)
P3: Um modo de produção se desenvolve através da interação entre as forças de produção (como produzimos os meios de existência) e as relações de produção (como o produto do trabalho é apropriado e distribuído). “Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...]. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social” (p. 25)
P4: A luta de classes é o motor da transição de um modo de produção a outro. “Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas em que os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim” (p. 25).
P5: Uma transição bem-sucedida só pode ocorrer quando as condições materiais estão presentes. “Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade” (p. 26).
P6: A história é progressiva na medida em que segue a expansão das forças de produção. “Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno.” (p. 26).

7 Preferi utilizar a tradução brasileira, do Prefácio de *Para a crítica da economia política*, vertida do original em alemão, para que fosse preservado o uso corrente desses excertos dentro do campo marxista brasileiro. Em outros momentos do texto, fiz a tradução de citações diretas diretamente do inglês, seguindo o original.

P7: O comunismo marca o fim dos antagonismos sociais e o início da emancipação dos indivíduos. Deixamos de fazer a história “pelas costas” e passamos a fazê-la consciente e coletivamente. “As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana.” (p. 26).

Fonte: Karl Marx, [1859] 1978, Preface to “A contribution to the Critique of Political Economy”, p. 4-5 in *The Marx-Engels Reader*, ed. Robert Tucker, Nova York: Norton. [Tradução utilizada: MARX, Karl. Prefácio. In: MARX, Karl. Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.]

Essa é uma imagem estática do capitalista isolado. Marx a torna dinâmica ao introduzir a competição intercapitalista. Os capitalistas sobrevivem como tais apenas enquanto forem capazes de obter lucro. Num ambiente de concorrência perfeita, um capitalista individual pode aumentar seus lucros reduzindo salários, desqualificando o trabalho, prolongando a jornada de trabalho ou intensificando o ritmo de produção. No entanto, há limites definidos (biológicos e legais) para cada um desses métodos. A tecnologia, por outro lado, pode avançar dentro desses limites, sendo, portanto, o meio mais distintivo de aumentar o lucro. Contudo, uma vez que um capitalista introduz nova tecnologia para reduzir os custos de produção, todos os demais são compelidos a fazer o mesmo ou correm o risco de serem expulsos do mercado. Isso leva a uma crise de natureza dual: por um lado, a taxa de lucro tende a cair, uma vez que a fonte do lucro – mais-valia – se torna uma proporção cada vez menor do capital investido. Por outro lado, surgem crises de superprodução, quando se produz mais bens do que a população pode consumir, em função dos baixos salários. Essas duas tendências de crise intensificam-se mutuamente: a superprodução leva à falência de pequenos capitalistas, o que concentra ainda mais o capital e reduz a taxa de lucro, além de ampliar o exército de reserva de trabalhadores desempregados. A intensificação das crises de superprodução e a consequente concentração do capital conduzem, por um lado, à destruição de capital, e, por outro, à formação de cartéis, trustes e monopólios que sufocam o desenvolvimento econômico subsequente.

Se é assim que Marx compreendia a maneira como as relações de produção capitalistas eram transformadas de formas de desenvolvimento das forças produtivas em seus grilhões, como ele concebia a época da revolução social? Vimos como o capitalismo concorrencial obriga cada capitalista a buscar lucro e como esse impulso individual tem como efeito agregado a ruína do próprio sistema. Esse mesmo processo de acumulação polariza a estrutura de classes entre capital

e trabalho, criando uma classe trabalhadora homogeneizada, degradada e desqualificada. O proletariado transforma-se em “classe para si”, primeiro por meio de escaramuças nas fábricas, depois pela formação de sindicatos, e, finalmente, pela constituição de um partido operário para tomar o poder de Estado. Essa, ao menos, é a imagem apresentada por Marx e Engels em *O Manifesto Comunista* (1978 [1848]), revelada a partir da experiência inglesa na primeira metade do século XIX. Seguindo o postulado P4 (Tabela 1), eles consideraram as formas de luta de classes na transição de um modo de produção para outro como contingentes às formas políticas e ideológicas. Se, na Inglaterra, o processo era relativamente simples em virtude da maior polarização estrutural de classes, na França era muito mais complexo.

Em *As Lutas de Classes na França* (1964 [1850]) e *O 18 de Brumário* (1963 [1852]), Marx examinou a dinâmica do regime político, não a dinâmica da economia. Na França, as classes econômicas ganhavam representação na arena política através de partidos que desempenhavam um sistema de alianças orientado pela lógica da forma de Estado. O sufrágio universal, argumentou Marx, desencadeava a luta de classes ao lançá-las na arena política, onde eram compelidas a revelar seus verdadeiros interesses. Ele via a rápida sucessão de regimes, da República Social inaugurada em fevereiro de 1848 até a ascensão do Bonapartismo em 1851, como a cristalização da luta de classes entre capital e trabalho. Uma ditadura, subordinando todas as classes a si mesma, mas governando em nome da burguesia, seria a solução política final antes do desfecho do capitalismo. Marx imaginava que essa solução não duraria, pois não poderia estender concessões materiais às classes subordinadas, destruiria as ilusões do campesinato enquanto classe suporte e, porque, o Estado criaria diariamente ameaças políticas à sua própria existência sob a forma da burguesia. Escrevendo vinte anos depois, quando a Comuna de Paris emergiu após o colapso do bonapartismo, Marx ainda sustentava que essa era “a única forma de Estado possível na qual a classe apropriadora pode continuar a dominar a classe produtora”, mas ao mesmo tempo era “a forma mais prostituída e bem-acabada do poder de Estado” (1968 [1871], p. 56).

Reforma versus Revolução

À época da morte de Marx, em 1883, a história já começava a lançar dúvidas sobre suas previsões. A concentração e centralização do capital, a emergência das sociedades anônimas, dos cartéis e dos trustes não assinalavam o fim do capitalismo, mas apenas o fim do capitalismo concorrencial. Tampouco a classe trabalhadora demonstrava o fervor revolucionário que Marx antecipara. No mais avançado país capitalista, a Inglaterra, a classe operária, em grande medida, abandonou seus objetivos mais radicais, após 1850. Na França, a insurreição operária de 1848 havia sido precursora da Comuna de Paris de 1871, mas com sua derrota o epicentro do movimento operário deslocou-se para a Alemanha. Lá, o

Partido Social-Democrata paulatinamente ganhava força nas eleições (Schorske, 1955) e foi ali que o marxismo acrescentou um novo cinturão teórico em torno das implicações da democracia capitalista para a estratégia socialista.

Engels mal havia sido enterrado, quando Eduard Bernstein, seu discípulo e executor de seu testamento político, começou a revisar o núcleo duro do marxismo para ajustá-lo às novas circunstâncias históricas (1961 [1899]; ver também Gay, 1952; Tudor; Tudor, 1988). Em violação dos postulados P3 e P4, Bernstein argumentava que a expansão das forças produtivas não estava sendo bloqueada pelas relações capitalistas de produção. Ao contrário, os trustes, o crédito e a persistência de pequenos empreendedores estariam reduzindo a gravidade das crises e permitindo que o capitalismo evoluísse lentamente em direção ao socialismo. Longe de libertar os seres humanos por meio da direção coletiva da sociedade, sua visão de socialismo violava o postulado P7, por não alcançar nada além de um capitalismo reformado baseado em negociação coletiva, legislação trabalhista e redistribuição de renda. Bernstein via o socialismo como a realização dos ideais da revolução burguesa. Ao propor uma lei da democratização crescente, que se estenderia espontaneamente da esfera política à econômica, ele também contrariava o postulado P2.

O revisionismo, por definição, consiste em revisar o núcleo para absorver as anomalias. Ele segue o princípio de Popper, segundo o qual se deve rejeitar uma teoria quando ela é falsificada. Lakatos, por outro lado, recomendaria a construção de um novo cinturão teórico que transformasse a anomalia numa corroboração do núcleo. Do ponto de vista metodológico, portanto, ele endossaria a reafirmação elaborada por Rosa Luxemburgo de que o socialismo exige a supressão do capitalismo (P7); de que as relações de produção capitalistas semeiam sua própria destruição ao bloquear o avanço das forças produtivas (P3); e de que a luta de classes determinará se o capitalismo será sucedido pelo socialismo ou pela barbárie (P4).

Em *Reforma ou Revolução* (Waters, 1970 [1899], p. 33-91), Luxemburgo refutou a refutação de Bernstein à teoria marxista do colapso do capitalismo. Os mecanismos de adaptação econômica apontados por Bernstein eram, na verdade, formas de adaptação do capitalista individual. Crédito, trustes e pequenos empreendedores refletiam, cada um à sua maneira, um aumento da segurança para o capitalista individual, mas funcionavam como lubrificantes da expansão capitalista e, assim, aceleravam sua derrocada. Ao adotar o ponto de vista do capitalista isolado, a teoria de Bernstein negligenciava as características sistêmicas do capitalismo. Mais tarde, em *A Acumulação do Capital* (1951 [1913]), Luxemburgo desenvolveu uma teoria da expansão das crises de superprodução em nível mundial. Buscando mercados para seus produtos, os capitalistas recorreriam à incorporação forçada (o colonialismo) de países ao sistema capitalista internacional. Quando o mundo inteiro estivesse partilhado, os países capitalistas seriam levados a guerras de repartição, intensificando a luta de classes. Luxemburgo foi a primeira a reconhecer o íntimo nexo entre a expansão do capitalismo e o militarismo.

Luxemburgo acusava Bernstein de pensar utopicamente ao imaginar que seria possível suprimir os efeitos do capitalismo sem suprimir o próprio capitalismo. A igualdade econômica e a criação de cooperativas não poderiam emergir por meio da reforma do sistema capitalista. Luxemburgo também considerava igualmente utópica a postulação de Bernstein de uma lei de democratização crescente, já que ela considerava até mesmo a democracia burguesa como uma forma de Estado bastante frágil – continuamente ameaçada pela burguesia e defendida pela classe trabalhadora como condição para sua emancipação. Retomando essa questão, *O Panfleto de Junius* (Waters 1970 [1915], p. 257-331) abordou a crise da social-democracia alemã provocada por seu apoio à guerra e antecipou a ascensão do fascismo. Igualmente profética foi sua análise da Revolução Russa em 1918 (Waters, 1970, p. 365-395) que aplaudiu a tomada do poder pelos bolcheviques nas circunstâncias mais difíceis, mas advertiu que uma necessidade não deveria ser transformada em virtude. Tomadas prematuras de poder eram necessárias às vezes, mas não deveriam ser transformadas em modelos para todas as transições revolucionárias. Ela antecipou a trajetória da Revolução Russa: sem assembleias parlamentares e sem liberdade de imprensa e associação, “a vida [morreria] em todas as instituições públicas”, incluindo os Sovietes, e a ditadura do proletariado se tornaria a ditadura da burocracia (Waters, 1970, p. 391). A democracia socialista deve combinar representação parlamentar e direitos civis básicos com participação popular em fóruns extraparlamentares.

Embora Luxemburgo tenha sido capaz de refutar a teoria de Bernstein sobre a transição do capitalismo para o socialismo, ela ainda enfrentava as “anômalas” tendências reformistas da classe trabalhadora alemã. A autora via a expansão da participação da social-democracia na política eleitoral como uma espada de dois gumes: “Mas o capitalismo fornece, não apenas os *obstáculos*, mas também as únicas *possibilidades* de realizar o programa socialista. O mesmo pode ser dito sobre a democracia” (Waters, 1970, p. 74). Mas a realização do potencial da democracia assentava-se na organização da classe trabalhadora fora das arenas sindical e parlamentar. Baseando sua análise nos eventos da Revolução Russa de 1905, Luxemburgo idealizou a greve de massas como a arma universal da luta de classes revolucionária. A combinação de greves políticas e econômicas substituiria o lugar dos conflitos na rua. Embora reconhecesse a condição peculiar da Rússia, Luxemburgo argumentou contra aqueles que, no Partido Social-Democrata, consideravam a greve de massa como uma arma da classe trabalhadora voltada especificamente para regimes absolutistas e economicamente atrasados (Schorske, 1955, Capítulo II). Ela jamais conseguiu se reconciliar, ou reconciliar sua teoria, com as tendências reformistas da classe trabalhadora.

Enquanto o afastamento radical de Bernstein do núcleo marxista originou um novo programa de pesquisa, a defesa do núcleo duro por Luxemburgo levou ao desenvolvimento de um novo e progressivo cinturão teórico – progressivo no sentido de que antecipou novos fenômenos, dos quais, alguns deles, realmente

ocorreram. As contribuições de ambos devem ser contrastadas com a defesa do marxismo por Kautsky, que reduziu o conteúdo empírico do programa negando anomalias. Kautsky (1971 [1891]; 1909) preferia procurar confirmações do marxismo a enfrentar suas anomalias. Ele se agarrou à ortodoxia apelando para P5. O autor argumentava que ainda havia espaço para a expansão das forças de produção dentro do capitalismo e que sua classe trabalhadora era, correspondentemente, imatura. Portanto, a revolução seria prematura. Ele lidou com a divergência entre teoria e realidade projetando sua convergência em um futuro não especificado, sem reconstruir o núcleo ou criar uma nova teoria. À medida que a situação na Alemanha se polarizava durante e após a Primeira Guerra Mundial, Kautsky desapareceu no abismo crescente que separava o revisionismo social-democrático do, politicamente mais fraco, marxismo revolucionário.

O Desenvolvimento Desigual e Combinado do Capitalismo

Enquanto o Marxismo Alemão estava lutando na teoria e na prática contra anomalias trazidas pela expansão da democracia e pelo contínuo desenvolvimento das forças produtivas, uma situação de tipo oposta confrontava o Marxismo Russo. Lá, o absolutismo baseado em uma economia semifeudal estava bloqueando o desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, formando uma classe trabalhadora poderosa e radical. Como vimos, Luxemburgo viu a revolução de 1905 como precursora de uma nova série de revoluções proletárias no Ocidente. “O país mais atrasado de todos, justo por ser um país imperdoavelmente tardio em sua revolução burguesa, demonstra caminhos e métodos adicionais da luta de classes ao proletariado da Alemanha e dos países capitalistas mais avançados” (Waters, 1970, p. 203). Os desenvolvimentos na Rússia pareciam refutar a ideia marxista de que a revolução eclodiria primeiro nos países capitalistas mais avançados, ao invés de nos mais atrasados. Enquanto Luxemburgo intuiu a solução para essa anomalia, foi Trotsky quem, logo cedo, em 1906, desenvolveu, em *Balanços e Perspectivas* (1969 [1906]), suas teorias do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e da revolução permanente para explicar e antecipar a Revolução de Outubro, bem como suas consequências. O poder profético de *Balanços e Perspectivas* é apoiado pelo fato de que a célebre *História da Revolução Russa* de Trotsky, escrita em 1930 (1977), foi baseada na mesma teoria.

O Marxismo Ortodoxo, representado na Rússia pela imponente figura de Plekhanov, argumentava que aquele país teria que passar por uma revolução burguesa antes de poder avançar para o socialismo. Portanto, a oportunidade de explorar o crescente radicalismo e militância da classe trabalhadora estava perdida. Em contraste, Trotsky argumentou que a única classe que poderia realizar uma revolução burguesa na Rússia era a classe trabalhadora, e em virtude desse fato, a revolução burguesa tinha que prosseguir ininterruptamente para uma revolução

socialista, que só poderia ser bem-sucedida se também desencadeasse uma revolução no Ocidente. Essa era a teoria da revolução permanente de Trotsky.

Mas por que a classe trabalhadora era o único agente possível de uma revolução burguesa? O capitalismo na Rússia se desenvolveu muito tarde sob o patrocínio do Estado e do investimento estrangeiro (particularmente francês). Sendo fraca e dependente, a burguesia russa era continuamente saqueada por um regime czarista, que, por sua vez, era militarmente ameaçado por Estados construídos sobre fundações econômicas (capitalistas) muito mais avançadas. Ao mesmo tempo em que o absolutismo sufocava o desenvolvimento das forças produtivas, o estabelecimento do capitalismo (tecnicamente) mais avançado nas principais cidades russas criou uma classe trabalhadora nova e militante. A maioria dos trabalhadores russos havia sido recentemente desenraizada de suas terras. Eles não tiveram tempo de abraçar as tradições conservadoras do proletariado Ocidental que havia evoluído junto com o capitalismo. Assim, quando reunidos em enormes fábricas, a classe trabalhadora russa exibia todas as características de uma classe revolucionária.

A novidade da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky estava em seu tratamento acerca do caráter internacional do desenvolvimento capitalista e suas implicações políticas. Segundo Trotsky, o capitalismo não se desenvolveu de forma linear e paralela dentro de cada país como Marx havia assumido, mas saltou de um país ao outro. O desenvolvimento desigual leva à combinação de formas extremamente avançadas e retrógradas de produção, criando, nos países de “segunda linha”, uma burguesia frágil e um proletariado explosivo. Embora o campesinato fosse crucial para desestabilizar o absolutismo, ele não tinha capacidade para liderar uma revolução. Esse papel caberia ao proletariado que não poderia deter-se após a derrubada do regime absolutista. Precisamente por se tratar da classe operária e de seus interesses em contradição com o capitalismo, esse movimento teria que seguir em direção ao socialismo. Espalhando-se do Oriente ao Ocidente, a revolução, na arena internacional, deveria ser permanente, após ter sido permanente na Rússia.

Ao criar esse novo cinturão teórico, Trotsky permanecia fiel ao núcleo marxista. Ele defendia P2 ao analisar os limites do absolutismo impostos por suas fundações econômicas, P3 ao destacar como esse regime bloqueava o desenvolvimento das forças produtivas e P4 ao indicar que isso conduziria à revolução, cujas formas de luta não derivariam mecanicamente das relações econômicas, mas seriam moldadas por fatores políticos e ideológicos. Antecipando uma revolução socialista na Rússia, Trotsky não esperava saltar estágios de desenvolvimento (o que violaria os postulados P5 e P6), já que via essa revolução acontecendo em um contexto internacional que já teria esgotado seu potencial nos países centrais.

O fato de ele ter errado em seu diagnóstico da situação ocidental não diminui a fecundidade de sua teoria do desenvolvimento desigual e combinado. De fato, tanto Lenin quanto Gramsci desenvolveriam, cada um à sua maneira, sua teoria para explicar a pacificação das classes trabalhadoras no Ocidente, assim como

outros a utilizariam para compreender o caráter radical da classe operária em países em processo de industrialização nos dias atuais, tais como o Brasil e a África do Sul (Seidman, 1990).

Nem mesmo Trotsky excluía a possibilidade da derrota da classe operária no Ocidente. Em *Balanços e Perspectivas* (1969), ele já afirmava que, falhando a revolução no Ocidente, a Revolução Russa seria abortada e se voltaria contra si mesma. Antecipava, assim, em linhas gerais, o que de fato ocorreu após 1917. A tragédia de sua vida foi ter sido, ao mesmo tempo, o agente e a vítima de suas próprias e acertadas previsões – a involução da Revolução Russa que não foi seguida pela revolução no Ocidente, processo que analisou com grande acuidade em *A Revolução Traída* (1972 [1936]).

Estado e revolução

Quando Lenin desceu do trem em Petrogrado em 3 de abril de 1917, ele surpreendeu todos os seus seguidores bolcheviques ao anunciar que as condições estavam maduras para tomar o poder e avançar para o socialismo. Ele estava, em efeito, declarando seu apoio à teoria da revolução permanente de Trotsky. Além disso, como Trotsky, ele assumiu que a Revolução Russa seguramente teria apoio das revoluções socialistas que ela desencadearia no Ocidente mais avançado. Mas, ali, ainda não havia uma teoria da transição para o socialismo. O Marxismo Alemão havia estudado o colapso do capitalismo de forma mais intensiva do que a transição para o socialismo. *Estado e Revolução* (1967 [1917], Volume II, p. 283-376), escrito por Lenin dois meses antes da Revolução de Outubro, enquanto ele estava escondido, colocou o marxismo em uma base inteiramente nova ao tornar o Estado central para o processo de transição. Não devemos ser enganados pela capacidade de Lenin em soar como se estivesse apenas repetindo o que Marx e Engels haviam dito. Trabalhando com a heurística positiva que eles haviam estabelecido em seus escritos políticos, ele foi capaz de construir um cinturão teórico inteiramente novo. De fato, é difícil apreciar o estado da teoria marxista antes de Lenin porque inevitavelmente lemos tal estado, seja positiva ou negativamente, através do prisma das próprias teorias de Lenin (Polan, 1984, Capítulo I).

A questão que Lenin colocou em *Estado e Revolução* é: o que deve acontecer se houver uma transição do capitalismo para o comunismo? Sua resposta foi: uma transformação revolucionária do capitalismo para um estágio transitório chamado “socialismo”, que então evoluiria para o comunismo. Ele assumiu que as condições objetivas estariam presentes (P3) e assim reduziu o problema da transição a uma questão de poder de Estado (P4). O Estado capitalista tinha que ser destruído e um novo Estado – a ditadura do proletariado – tinha que ser estabelecido em seu lugar. Essa ditadura definharia, deixando o comunismo em seu lugar. Apesar de todas as referências aos eventos de seu tempo, esse era um modelo abstrato de “possibilidade objetiva”. Ele não considerava as circunstâncias concretas que poderiam frustrar ou promover qualquer transição particular.

Lenin argumentou contra dois outros modelos: o Marxismo Ortodoxo, representado por Kautsky, e o anarquismo. Ambos os modelos reduziram a transição para o comunismo a um único estágio. Kautsky viu a transição em termos da reforma do Estado capitalista por um partido da classe trabalhadora eleito para o cargo. Lenin contestou Kautsky argumentando que a democracia capitalista era capitalista em conteúdo e democrática na forma. Enquanto o parlamento fornecia os recursos políticos (liberdade de expressão e organização, uma plataforma pública, etc.) para forjar uma classe trabalhadora solidária, também protegia os interesses da classe capitalista, obscurecendo os mecanismos reais de poder. Os parlamentos davam ao povo uma ilusão de poder, enquanto o verdadeiro acordo acontecia nos bastidores através dos milhares de fios que conectavam a burguesia ao exército e à burocracia. Se um partido socialista prevalecesse no parlamento, não seria capaz de romper esses laços.

Os anarquistas, por outro lado, exigiam a destruição do Estado capitalista, mas consideravam isso suficiente para passar diretamente para o comunismo. Lenin defendeu a necessidade de um Estado transitório – a ditadura do proletariado – que estabeleceria as bases econômicas e políticas para o comunismo. Sua *tarefa econômica* era eliminar o capitalismo centralizando a propriedade e o controle dos meios de produção, mas ao mesmo tempo assegurando a cooperação contínua de todos, recompensando as pessoas de acordo com seu trabalho. Lenin escreveu que a ditadura do proletariado⁸ teria que defender os direitos burgueses e a igualdade formal, e nesse sentido seria um Estado burguês. Essa era uma característica necessária do estágio transitório. Ao mesmo tempo, a *tarefa política* da ditadura do proletariado seria estabelecer uma democracia radical que garantiria o definhamento dessa forma democrática de Estado. Isso exigia, em primeiro lugar, que os funcionários do Estado fossem eleitos, sujeitos a revogação instantânea e recebessem um salário médio de trabalhador, substituindo a burocracia; em segundo, que o exército, entendido por Lenin como o exército permanente, fosse abolido e trabalhadores armados colocados em seu lugar; em terceiro, que o parlamento fosse transformado de um “salão de conversa” em reais órgãos de trabalho, ou seja, em Sovietes.

Temos aqui um exemplo de diálogo frutífero entre tradições rivais, em que o marxismo incorpora os desafios do anarquismo. Embora considerasse os anarquistas utópicos por pensarem que era possível pular a etapa do socialismo, Lenin levou muito a sério o receio anarquista do surgimento de uma nova forma de Estado. Não bastava eliminar uma classe – a burguesia –, era preciso garantir que não surgisse uma nova classe, em particular, uma classe de funcionários e especialistas. Lenin acreditava que os avanços na tecnologia permitiam a redução

8 Pelo contexto do argumento, me parece ter havido um erro de digitação, onde lemos ditadura da burguesia deveria estar escrito ditadura do proletariado, no original (p. 785), por essa razão substituí a expressão nesta tradução (N.T).

das funções do Estado à “contabilidade e controle”, limitando, assim, a possibilidade do surgimento de uma nova classe baseada no monopólio do conhecimento. O próprio radicalismo de sua proposta de democracia atesta seu reconhecimento dos perigos da burocratização e do oficialismo.

Do ponto de vista deste modelo de transição para o comunismo, se tornam óbvias as razões pelas quais todas as revoluções socialistas até agora não conseguiram realizar seus objetivos de justiça e eficiência: em vez da institucionalização da democracia radical e da garantia dos direitos burgueses, surgiu uma nova classe de burocratas estatais que monopolizaram o controle sobre os meios de produção, minando tanto o princípio de recompensa de acordo com o trabalho quanto a possibilidade de planejamento efetivo. Por que os eventos aconteceram dessa maneira? A Revolução Russa ocorreu em um país agrário semifeudal, já exausto e derrotado na guerra. Longe de ajudar a Revolução Russa, os Estados ocidentais bloquearam a União Soviética e promoveram uma guerra civil contra o Estado nascente. Essas não eram as melhores condições para se estabelecer uma democracia radical.

Ainda assim, pode ser o caso de que essa transição para o socialismo seja inerentemente inviável. Seria possível sustentar algum tipo de poder dual: ditadura sobre uma classe (a burguesia) e democracia para outra (a classe trabalhadora)? Pode-se argumentar que essas duas partes antitéticas da ditadura do proletariado nunca podem ser implementadas simultaneamente, mas apenas em sucessão, começando com uma ditadura sobre a burguesia e a criação das condições econômicas do comunismo, o que poderíamos chamar de *socialismo de Estado*. Apenas muito mais tarde a democracia radical poderia ser introduzida. O socialismo de Estado teria que ser examinado à luz da maneira como primeiro promoveu e depois restringiu o desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que engendrou classes que poderiam exigir e, ao final, lutar pela democratização.

Do Imperialismo à Dependência

O que levou Lenin a mudar de ideia e propor a derrubada do Governo Provisório quando chegou à Rússia em abril de 1917? Não foi simplesmente oportunismo. Como grande parte da estratégia política de Lenin, sua decisão estava enraizada em uma compreensão teórica do declínio do capitalismo em escala mundial, conforme elaborado em *Imperialismo: Estágio Superior do Capitalismo* (1967 [1916], Volume I, p. 667-768; ver também Harding, 1983, Volume II, Capítulos 2 e 3). Enquanto Trotsky analisou as consequências políticas da expansão do capitalismo em países atrasados, Lenin projetou a teoria econômica do capitalismo de Marx para o nível mundial. Ele tentou digerir o que era tanto uma anomalia quanto um profundo revés para o movimento socialista: o apoio dado pelos partidos socialistas à guerra nacional, violando a solidariedade internacional da classe trabalhadora. Lenin tentou transformar essa anomalia em uma corroboração da teoria marxista,

mostrando como as guerras eram um sinal do entrave ao desenvolvimento das forças produtivas (P3) e necessariamente levariam à revolução (P4).

Influenciado pelo clássico de Hilferding, *O Capital Financeiro* (1981 [1910]), Lenin argumentou que a concentração de capital ocorria não apenas na indústria, mas também nas finanças. Ele postulou um novo estágio do capitalismo, o capitalismo monopolista, definido pela ascensão de uma oligarquia financeira que unificava finanças internacionais e cartéis industriais. Enquanto o estágio anterior do capitalismo era caracterizado pela superprodução de bens de consumo, esse novo dividia a superprodução do capital, que buscava “superlucros” através da exportação para países atrasados. Quando o mundo inteiro tivesse sido partilhado entre cartéis e não houvesse mais saída para o excesso de capital, restaria apenas o recurso às guerras imperialistas para que os territórios pudessem ser redistribuídos entre as nações capitalistas. A instabilidade provocada pelo desenvolvimento desigual do capitalismo em escala mundial levaria inevitavelmente a guerras imperialistas entre os países mais poderosos. As guerras nacionais precipitariam guerras civis entre as classes, à medida que a classe trabalhadora percebesse os custos de apoiar sua própria burguesia.

Luxemburgo havia formulado uma versão anterior desse argumento, mas a de Lenin consistiu em uma reconstrução mais abrangente da teoria marxista original da dinâmica do capitalismo, abordando várias anomalias e fazendo diversas previsões, algumas das quais realmente se concretizaram. Assim, Lenin, que nunca ignorou a importância do nacionalismo, antecipou que um grande desafio ao capitalismo viria das guerras de libertação nacional no Terceiro Mundo colonizado. Nos países centrais, por outro lado, Lenin argumentou que os espólios do imperialismo chegariam à classe trabalhadora, formando uma aristocracia operária. Portanto, certas camadas da classe trabalhadora tinham um interesse material definido no imperialismo e esta era a base material do “reformismo” dos partidos social-democratas e de seu apoio às guerras nacionais. Lenin também viu como a expansão do capitalismo em países atrasados desenraizaria a população, fornecendo uma reserva de mão-de-obra barata, que balcanizaria ainda mais o movimento trabalhista nos países capitalistas avançados. Ao caracterizar o sistema mundial em termos de nações centrais, colonizadas e semi-independentes, Lenin já havia antecipado a análise contemporânea dos sistemas mundiais.

Talvez a parte mais controversa do argumento de Lenin fosse a inevitabilidade das guerras imperialistas. Este foi um desafio dirigido direto a Kautsky, que argumentava que o imperialismo era a política preferida pelo capital financeiro, e não um resultado inevitável do capitalismo. O elo fraco no argumento de Lenin era aquele que ligava a divisão do mundo entre cartéis à divisão do mundo entre nações. Ele assumiu que os Estados-nação são os próprios instrumentos dos cartéis, mas se esses últimos se tornassem verdadeiramente internacionais, não teriam afiliação nacional e os Estados seriam cada vez menos compelidos a entrar em guerras em seu nome.

De fato, pode-se reconstruir o argumento de Lenin da seguinte forma. Quanto mais internacional o capital se torna (ou seja, quanto mais ele desconhece fronteiras nacionais), mais os Estados competirão entre si pelo capital. A autonomia dos Estados refere-se à sua “liberdade” para induzir o capital a investir dentro de determinadas fronteiras nacionais. A mudança de status do Estado em relação ao capital é semelhante à transição de servo para trabalhador assalariado, de servidão ao trabalho formalmente livre. Em suma, o aumento da autonomia formal, longe de indicar um aumento da força do Estado, reflete uma transformação no caráter de sua subordinação ao capital. Esta transformação do capitalismo mundial se reflete nas teorizações recentes sobre a autonomia do Estado. Tal visão da economia mundial lança luz sobre o interesse atual no “desenvolvimento dependente” e em “trazer o Estado de volta” (Evans; Rueschemeyer; Skocpol, 1985). Mas se minha análise estiver correta, reconhecer a autonomia formal do Estado é também reconhecer sua fraqueza real na configuração atual do capitalismo mundial.

Qual seria, então, o significado do imperialismo? O imperialismo é o veículo através do qual o capitalismo se torna verdadeiramente internacional, pelo qual se implanta em países economicamente subdesenvolvidos e de lá pode repatriar os lucros para os países centrais. Mas uma vez que o capitalismo se estabeleceu em nível mundial, o controle político direto de países menos desenvolvidos não é mais necessário e o colonialismo perde sua *raison d'être*. As restrições externas do capitalismo são internalizadas dentro dos países na forma de alianças de classe e formação de classe (Cardoso; Faletto, 1979). Como Warren (1980) colocou, o imperialismo é o pioneiro do capitalismo, ou virando Lenin de cabeça para baixo, o capitalismo é o estágio mais alto do imperialismo.

Da Reificação à Teoria Crítica

A Revolução Russa revolucionou a teoria marxista. Ela criou o Marxismo Soviético oficial, bem como seu anticristo – o Marxismo Ocidental. Inspirado pela Revolução Russa e pela Revolução Húngara de 1919, *História e Consciência de Classe* de Georg Lukács (1971 [1922]) é um dos textos fundadores do Marxismo Ocidental. Ele estabeleceu o núcleo e a heurística positiva de uma nova ramificação do marxismo – a teoria crítica – ao ressuscitar o momento hegeliano das primeiras obras de Marx. Os ensaios de Lukács atacaram o marxismo “mecânico” da Segunda Internacional por sua adesão servil às leis do desenvolvimento que reprimiam a volição humana sobre a qual repousavam. Tanto as revoluções bem-sucedidas quanto as fracassadas destacaram a importância da consciência de classe no processo revolucionário. A consciência de classe, segundo Lukács, é a perspectiva que a classe trabalhadora teria se pudesse enxergar a totalidade. É uma consciência imputada à classe trabalhadora – não uma consciência necessária, mas objetivamente possível.

No entanto, a contribuição duradoura de Lukács foi sua análise de porque a classe trabalhadora pode não alcançar uma visão de totalidade e, assim, tornar-se um sujeito revolucionário. Sua teoria da reificação elaborou P1, de que homens e mulheres entram em relações que são “indispensáveis e independentes de sua vontade”, baseando-se na análise do fetichismo da mercadoria no volume I de *O Capital*. A reificação refere-se à maneira como os produtos se tornam objetos, divorciados de sua produção, afetando não apenas as mercadorias, mas também fatos e relações. Ela leva a uma consciência fragmentada, atomizada e isolada, em vez de uma consciência de classe revolucionária e totalizante. Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (1975 [1844]), que não haviam sido publicados na época em que Lukács escreve os seus primeiros textos, Marx descreveu esse processo como alienação: à medida que a autoria subjetiva da produção é perdida, o produto se torna um poder sobre seu produtor, que então se aliena do processo de produção, de seus colegas produtores e da essência da espécie humana. É um testemunho eloquente da coerência e do poder do programa de pesquisa marxista o fato de Lukács ter se sentido compelido a preencher o núcleo do projeto intelectual de Marx reinventando e elaborando seus escritos, então desconhecidos.

Entretanto, Lukács demonstrou certa presença persistente do Marxismo Ortodoxo em sua análise da desreificação. Ele considerava o aprofundamento das crises como uma forma de conscientização do inevitável colapso do capitalismo, de que as lutas desmistificariam a totalidade. Ele acrescentou outro componente, a saber, que os trabalhadores manuais podem se encontrar reificados em sua atividade física, mas em sua vida mental foram deixados intocados para refletir sobre a extrema mercantilização. Entre 1919 e 1922, as ideias de Lukács mudaram – de considerar o proletariado capaz de se emancipar para ver as instituições pré-figurativas, como os conselhos de trabalhadores, enquanto necessárias e, por fim, abraçar o partido como uma instituição totalizadora que manteria a reificação sob controle e traria a verdadeira consciência à classe trabalhadora. Em comparação com sua brilhante análise da reificação, o tratamento dado por Lukács à desreificação é muito *ad hoc* e superficial para ser considerado um desenvolvimento progressivo da teoria.

A teoria crítica praticamente descartaria esses resíduos ortodoxos nos escritos de Lukács. Assim, a resposta da Escola de Frankfurt à ascensão do fascismo, na esteira de uma revolução operária fracassada, foi reter e desenvolver a análise de Lukács da reificação, mas frequentemente às custas do materialismo histórico (Arato; Breines, 1979; Jay, 1984). Pollock (1978 [1941]) desenvolveu teorias do capitalismo organizado e de Estado que demonstraram a resiliência do capitalismo. A virada para a filosofia traçou como a razão havia se tornado “desrazão”, demonstrando como, à medida que o potencial para a emancipação se tornava maior, as perspectivas para sua realização recuavam; e como os resquícios de resistência ao capitalismo estavam sendo destruídos, na medida em que a família, e assim a própria psique humana, era invadida por agências de socialização em massa (Horkheimer, 1972 [1936], p. 47-128; Horkheimer; Adorno, 1972 [1944]).

Virando o marxismo ortodoxo de cabeça para baixo, a Escola de Frankfurt não via aspectos emancipatórios na dominação da natureza. A menos que os humanos pudessem desenvolver uma relação mais equilibrada com a natureza, a expansão das forças de produção só poderia intensificar a subjugação humana. Em meio ao desespero, surgiam lampejos de utopismo, como a grande recusa de Marcuse (1955, 1964, 1969) ou seus vislumbres de emancipação na arte e na filosofia. Certamente, a teoria crítica perderia qualquer confiança na agência revolucionária da classe trabalhadora, que estava irrevogavelmente contaminada pelo capitalismo. A totalidade de Lukács havia se tornado totalitária, aprisionando todos em uma sociedade unidimensional que havia perdido de vista qualquer visão ou projeto para um mundo diferente. A Escola de Frankfurt abandonou os postulados substantivos do prefácio de Marx para abraçar apenas sua crítica mais geral da dominação, uma elaboração de P1. Em suas mãos, a adesão a P7 tornou-se menos um compromisso com a inevitabilidade do comunismo e mais uma crítica da irracionalidade de toda a história existente até então.

Jürgen Habermas (1984, 1987) empreendeu a tarefa heroica de salvar a Teoria Crítica de degenerar em niilismo, reunindo-a com a sociologia e com o materialismo histórico. Por um lado, ele estendeu a análise marxista da reificação do sistema econômico para o sistema político, enquanto, por outro, se baseou em Durkheim e Mead para constituir reinos potencialmente autônomos de ação comunicativa, isto é, instituições públicas e privadas auto-determinantes onde a dominação é limitada. A luta entre sistema e mundo da vida, em vez da luta entre as classes, fornece a dinâmica da sociedade moderna. No entanto, o resgate de Habermas da Teoria Crítica ocorre às custas da visão emancipatória de P7: o melhor que podemos esperar é controlar o sistema-mundo e impedi-lo de colonizar o mundo da vida.

Por mais iluminadora e fecunda que fosse a Teoria Crítica, sua crítica sistemática do “positivismo” restringiu o desenvolvimento de teorias suficientemente específicas que resistiriam aos critérios de desenvolvimento científico de Lakatos. A brilhante síntese de Habermas permanece, como a de Talcott Parsons, no nível da meta-teoria de uma abordagem orientadora, em vez de teoria científica. Apenas Gramsci foi capaz de reconstruir a abordagem marxista e também fornecer os rudimentos de uma teoria científica das superestruturas.

A Virada de Gramsci para as Superestruturas

O fracasso da revolução e a ascensão do fascismo no Ocidente afastaram a teoria crítica do marxismo, mas tiveram o efeito oposto no socialista italiano Antonio Gramsci. Tal fracasso direcionou seu voluntarismo de juventude para uma posição marxista. Assim, em 1918, Gramsci se referiu à Revolução Russa como uma “revolução contra O Capital”, isto é, contra as leis de ferro que afirmam que as formas mais avançadas de capitalismo passam primeiro por uma revolução socialista. Em seus escritos do cárcere, Gramsci tentou acertar as contas com

o colapso do conselho de fábrica de Turim (1919-1920) e o subsequente movimento fascista, fundindo seu voluntarismo com as vertentes deterministas do materialismo histórico. Nessa análise, o momento subjetivo na história tornou-se o veículo para consolidar o capitalismo, bem como o único meio para estruturar um desafio revolucionário.

Gramsci baseou-se nas *Teses sobre Feuerbach* de Marx (1978 [1845], p. 143-5) para explicitar indeterminações contidas nos sete postulados do materialismo histórico. Gramsci concorda que os seres humanos entram em relações sociais que são indispensáveis e independentes de sua vontade (P1), mas essas relações não são inteiramente externas, já que possuir conhecimento sobre elas pode modificá-las (Gramsci, 1971, p. 244, 352-3). Nesse sentido, Gramsci compreendia a superestrutura como elevando-se da base econômica (P2), mas era possível que a superestrutura (“vontade humana”) reagisse de volta sobre a mesma base (“estrutura econômica”) (Gramsci, 1971, p. 366, 403).

A grande marca dos escritos de Gramsci repousa no grau de independência que ele entrega ao reino das “superestruturas”. Mas o que ele elaborou sobre a economia? Aqui também ele manteve um compromisso com o materialismo histórico. Embora sustentasse que as relações de produção eram um entrave para o desenvolvimento das forças produtiva e, assim, engendrariam crises econômicas (P3), ele não acreditava que, por si mesmas, tais crises econômicas levariam ao colapso do capitalismo (Gramsci, 1971, p. 178). Uma vez livre de uma teoria automática do colapso, a política e a ideologia assumiriam maior importância. Gramsci, portanto, enfatizou a distinção de P4 entre a relação das forças sociais (“intimamente ligadas à estrutura, objetiva, independente da vontade humana e que pode ser medida com os sistemas das ciências exatas ou físicas”) e o reino de formação da vontade subjetiva – as formas políticas e ideológicas nas quais os homens se tornam conscientes do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção e acabam o combatendo até o fim (Gramsci, 1971, p. 138, 162, 180-1, 365, 371-2).

A originalidade de Gramsci se desenvolveu dentro do núcleo da ortodoxia marxista. Ele sempre insistiu em P5 – uma ordem não pode perecer até que seu potencial tenha sido esgotado e as sementes de uma nova sociedade tenham sido criadas (Gramsci, 1971, p. 177), e ele tomou como certo que a expansão das forças produtivas levaria ao desenvolvimento progressivo da história (P6). Ele via o comunismo como uma sociedade na qual a economia é transformada de uma estrutura de dominação em um instrumento de emancipação (p. 367). Não apenas a relação entre base e superestrutura é invertida, mas dentro da superestrutura o Estado é absorvido pela sociedade civil (Gramsci, 1971, p. 253, 263). Esta foi a interpretação de Gramsci do fim da pré-história (P7).

Com base nesse núcleo reconstituído, Gramsci expandiu a heurística positiva do marxismo, dando maior autonomia ao reino das superestruturas. Em vez de periodizar a história do capitalismo com base em sua economia – concorrencial

versus monopolista, nacional versus imperial, anárquica versus organizada, etc. – Gramsci a periodizou com base em suas instituições políticas, especificamente, com base no surgimento da sociedade civil. O complexo de organizações privadas, entretanto nacionais, como partidos políticos de massa, sindicatos e meios de comunicação de massa, integrou as classes subordinadas à sociedade capitalista. Enquanto seus predecessores viam 1871⁹ como o início do declínio do capitalismo, para Gramsci isso assinalava a ascendência da burguesia sobre as antigas classes, bem como sobre a classe trabalhadora.

Gramsci fez inovações correspondentes em relação à teoria do Estado. Ele via o Estado como o meio pelo qual a classe capitalista “não apenas justifica e mantém sua dominação, mas consegue conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais governa” (Gramsci, 1971, p. 244). O Estado não é simplesmente negativo e repressivo, mas também positivo e “educativo” – ele não compreende apenas o exército e a polícia, mas o parlamento, o direito e a educação. O Estado se une às “trincheiras da sociedade civil” para organizar e estruturar interesses de acordo com a preservação do capitalismo.

Esse tipo de teoria revisada acerca da política e da ideologia exigia uma mudança na estratégia revolucionária, que passasse de uma teoria que enfatizava a tomada do poder de Estado para outra que defendesse a conquista da sociedade civil, através da transformação de escolas, sindicatos, igrejas e partidos políticos, bem como a criação de novas arenas de oposição ao capitalismo. Uma guerra de movimento (assalto ao Estado) só poderia ser bem-sucedida após uma guerra de posição ter reconstruído a sociedade civil. O modelo de Lenin, no qual a guerra de posição segue a guerra de movimento, aplicou-se à Rússia porque lá “[...] o Estado era tudo, a sociedade civil era primeva¹⁰ e gelatinosa; no Ocidente, havia uma relação adequada entre o Estado e a sociedade civil, e quando o Estado tremeu, uma estrutura robusta da sociedade civil foi imediatamente revelada” (Gramsci, 1971, p. 238). Assim, Gramsci criticou Luxemburgo e Trotsky por aplicarem ao capitalismo avançado teorias da revolução – a greve de massa, a revolução permanente — que são apropriadas apenas para formas tempranas ou atrasadas do capitalismo.

Mas Gramsci ainda era um marxista: ele insistia que a base econômica estabelecia parâmetros para a operação e para os efeitos das superestruturas. Como nas obras políticas de Marx, a economia constituía os atores políticos como classes. Partindo da teoria da formação de classe em *O Manifesto Comunista* e das caracterizações da luta de classes em *A Luta de Classes na França* e *O 18 de Brumário*, Gramsci argumentou que a organização de classe passa por três estágios: primeiro, uma combinação em associações setoriais (associações comerciais no caso dos capitalistas ou sindicatos no caso dos trabalhadores); segundo, uma

9 A Comuna de Paris (N. T.).

10 No original, *primordial* (N. T.).

fase “econômico-corporativa” quando a classe se organiza em torno de seus interesses econômicos comuns; e terceiro, uma fase política ou hegemônica na qual uma classe apresenta seus interesses como os interesses de todos. Nesse ponto, a classe dominante ou dirigente faz sacrifícios econômicos para obter o consentimento dos dominados, mas essas “concessões” não tocam no interesse essencial daquela classe. São concessões que obtêm o consentimento dos trabalhadores sem ameaçar os lucros do capital (Przeworski, 1985, particularmente no Capítulo 4). A democracia torna-se o mecanismo institucional pelo qual as concessões são extraídas do capital e redistribuídas para outras classes. Sua estabilidade depende do crescimento econômico e de uma classe capitalista disposta a fazer sacrifícios econômicos.

Gramsci substituiu a “irreconciliabilidade dos antagonismos de classe” de Lenin pela possibilidade de compromisso de classe. Ao fazer isso, ele sublinhou a força da hegemonia capitalista que só poderia ser quebrada pelo príncipe moderno (o partido). O partido é para a classe trabalhadora o que o Estado é para a classe capitalista, mas não tem acesso à coerção, nem pode dispensar concessões materiais às classes aliadas, como o campesinato. Em vez disso, precisa construir uma hegemonia alternativa, substituindo a si mesmo pela sociedade civil, criando instituições pré-figurativas do socialismo já dentro da estrutura do capitalismo. A ideologia – como “uma fantasia concreta que atua sobre uma vontade dispersa e fragmentada para despertar e organizar sua vontade coletiva” (Gramsci, 1971, p. 126) – torna-se extremamente importante para combater a hegemonia burguesa e para a construir alianças de classe. Intelectuais orgânicos próximos e com fé em grupos subordinados devem assumir um papel crítico em qualquer guerra de posição.

Em seus *Cadernos do Cárcere*, Gramsci reescreveu a teoria marxista com base nos postulados centrais do materialismo histórico e ampliou os exemplares dos escritos políticos de Marx e Engels. Ele forneceu teorias imensamente ricas sobre a educação, o partido, o Estado, a ideologia, a democracia e os movimentos sociais. Suas teorias proporcionaram um terreno importante para a luta política e ideológica. Acima de tudo, sua reescrita da teoria marxista provou ser profética. A hegemonia burguesa, construída na sociedade civil através do compromisso de classe e pelos aparelhos ideológicos do Estado, continua a prevalecer, enquanto a estratégia socialista, pelo menos no Ocidente, tem dado cada vez mais atenção à guerra de posição.

Adeus ao marxismo?

Ao lidar com a ausência de revolução no Ocidente, Gramsci pode ter reconstruído com sucesso o marxismo, mas como devemos agora lidar com o recuo precipitado do socialismo no Oriente? Assim como o capitalismo gera visões utópicas do socialismo, o socialismo de Estado gerou visões igualmente utópicas do

capitalismo como um futuro radiante. Este último triunfo do capitalismo anuncia a morte do marxismo? De modo algum. Esta não é a primeira vez que a história ameaçou dissolver o marxismo. De fato, nossa análise histórica mostrou que o crescimento do marxismo dependeu de tais reveses devastadores, transformando-os em desafios que estimularam seu desenvolvimento teórico. O Marxismo Alemão foi uma resposta ao reformismo no Partido Social-Democrata alemão, o Marxismo Russo ao radicalismo da classe trabalhadora russa, o Marxismo do Terceiro Mundo ao subdesenvolvimento engendrado pelo capitalismo internacional, enquanto o Marxismo Ocidental foi uma resposta ao fracasso da revolução e à ascensão do fascismo. (Ver também Lichteim, 1961; Anderson, 1976; Jacoby, 1981.)

A expansão dos ramos progressivos do marxismo dependia de manter a integridade da heurística distintiva do programa enquanto respondia ao mundo que buscava mudar. O caráter degenerativo do Marxismo Soviético, por outro lado, pode ser explicado, precisamente, pela negação da autonomia do programa de pesquisa marxista. O surgimento de um novo cinturão de teoria, ou, mais possivelmente, de um novo ramo do marxismo para enfrentar o desafio do Oriente – a desintegração do “comunismo” – deve basear-se na continuação do equilíbrio recíproco entre história interna e externa. Nesta seção conclusiva, trato brevemente de duas tendências contemporâneas que ameaçam esse equilíbrio – o Marxismo Analítico e o Pós-marxismo – antes de tentar restaurar a conexão entre desafio histórico e desenvolvimento teórico.

À medida que o Marxismo Ocidental passou de um diálogo com a classe trabalhadora para um diálogo com teorias burguesas da filosofia, da sociologia e da economia, ele se tornou mais preocupado com a respeitabilidade acadêmica do que com os desafios da história. Um caso típico a esse respeito é do Marxismo Analítico, que busca trazer o marxismo para o último quarto do século XX, assimilando a economia neoclássica, a filosofia analítica, a teoria dos jogos e a teoria da estratificação (Cohen, 1978; Roemer, 1982, 1986; Elster, 1985; Wright, 1985). Seu objetivo é estabelecer uma verdadeira ciência marxista, casando as técnicas da ciência social moderna com tudo o que é válido e útil no marxismo. Mas ao tentar consumir a verdade de todos os marxismos anteriores, o Marxismo Analítico retira o marxismo da história, eclipsando os desafios históricos que têm sido o “motor” de seu desenvolvimento teórico. Isolando-se de sua própria historicidade enquanto produz fetiches sobre clareza e rigor, o Marxismo Analítico atrofia enquanto ciência.

Diante da proliferação contemporânea de anomalias, o Marxismo Analítico se afasta da história, enquanto ser absorvido pela história se torna uma tendência moderna igualmente importante. Dessa perspectiva, a fraqueza dos movimentos da classe trabalhadora e um compromisso cada vez menor com o socialismo guia os marxistas para além do marxismo, para abraçar indiscriminadamente novos movimentos sociais que têm um caráter não-classista ou multiclassista, como o feminismo, os direitos civis, os movimentos ambientais e de paz (Laclau; Mouffe,

1985; Boggs, 1986). Tal “Pós-marxismo” substitui a primazia da exploração econômica por formas multifacetadas de dominação, e em vez de um socialismo sem classes, seu objetivo é a democracia radical (Bowles; Gintis, 1986). O Pós-marxismo se perde na teia da história onde tudo é importante e a explicação é, portanto, impossível. Ele não possui nem uma heurística negativa que proteja pressupostos do núcleo duro, nem uma heurística positiva com seus exemplares e maquinários de resolução de problemas. De fato, ele produz um fetiche de oposição a todas as heurísticas e, portanto, não possui um meio de selecionar anomalias da história nem um mecanismo para absorvê-las. Sem heurísticas, o Pós-marxismo está à deriva. Ele não tem história interna e, portanto, não cresce como ciência.

História interna e história externa são mutuamente constitutivas – o colapso de uma leva ao colapso da outra. Enquanto o Marxismo Analítico se isola dos desafios históricos, o Pós-marxismo abandona a autonomia teórica distintiva do marxismo. O resultado é o mesmo em ambos os casos: uma capacidade limitada de primeiro reconhecer e depois digerir anomalias. Nenhum dos dois teve muito a dizer sobre o desafio mais profundo colocado ao marxismo, a saber, o colapso do socialismo de Estado. Os eventos monumentais de 1989 e 1990 exigem um novo ramo do marxismo que sustente a interdependência mútua do desafio histórico e do desenvolvimento teórico, um que reflita sobre ramos anteriores, bem como sobre o núcleo marxista.

Poderíamos ter feito pior do que retornar àquelas tradições “dissidentes” dentro do marxismo que se concentraram nos aspectos instáveis e dinâmicos da União Soviética. Trotsky e seus seguidores, por exemplo, consideravam a União Soviética como uma forma transitória entre capitalismo e socialismo e, portanto, inerentemente instável. Concluindo sua análise da degeneração da sociedade soviética, Trotsky escreveu: “A queda da atual ditadura burocrática, se não fosse substituída por um novo poder socialista, significaria um retorno às relações capitalistas, com um declínio catastrófico da indústria e da cultura” (Trotsky, 1972 [1936], p. 251).

Outros insistiram no caráter *sui generis* da União Soviética e tentaram elaborar sua dinâmica. Konrad e Szelenyi (1979) teorizaram o socialismo de Estado como uma sociedade baseada na apropriação central e redistribuição do excedente. A classe dominante de “redistribuidores teleológicos” legitimava sua apropriação em nome de um interesse coletivo. A definição de tal interesse coletivo é uma atividade inerentemente intelectual e, portanto, eles argumentaram que os intelectuais estavam a caminho do poder de classe.

Antecipando a crise contemporânea do que ele chama de “socialismo realmente existente”, o Marxista dissidente Rudolf Bahro mostrou como a propriedade central dos meios de produção restringia as forças de produção e, ao mesmo tempo, gerava “consciência excedente” com potencial revolucionário (P2 e P3).

Os avanços tecnológicos exigem níveis mais elevados de educação entre todas as classes, o que por sua vez cria sua própria oposição.

Quanto mais tempo o presente estado de coisas persiste, quanto mais o aparato leva os elementos pensantes da sociedade ao desespero, quanto mais consistentemente os impede de compreender por si mesmos as possíveis mudanças, mais todas as energias se concentram simplesmente em destruir esse aparato, e quanto maior deve ser o caos inicial de concepções, maior o perigo de mera desorganização (Bahro, 1978, p. 308).

Na transição do socialismo “realmente existente” para o capitalismo, a reação ao terreno político e ideológico do passado tem sido crucial na formação dos padrões de luta de classes (P4). Em todos os países da Europa Oriental, com a possível exceção da Bulgária, o discurso ideológico tem sido dominado pelo anticomunismo, pela democracia e pela livre iniciativa. A classe trabalhadora não teve nem o espaço ideológico nem a capacidade política para defender seus próprios interesses.

Se P1, P2, P3 e P4 funcionam melhor quando aplicados ao socialismo de Estado do que ao capitalismo avançado, parece que o maior desafio é para P6 e P7. Em face disso, a transição do socialismo de Estado para o capitalismo é uma reversão do movimento progressivo do feudalismo para o capitalismo e para o comunismo (P6). Mas P5 argumenta que a transição bem-sucedida para além do capitalismo só pode ocorrer quando as condições materiais estão presentes. A ideia de que o socialismo nunca poderia emergir na Rússia atrasada, sem revolução no Ocidente, foi um princípio central de todo o marxismo, de Marx a Kautsky e Luxemburgo, de Plekhanov a Trotsky e Lenin. Apenas Stalin acreditava na possibilidade do socialismo na União Soviética.

Mais interessante e mais profundo é o desafio a P7: como o último modo antagônico de produção, o capitalismo traz a pré-história da sociedade humana ao seu desfecho. Como vimos, interpretações concorrentes deste postulado tradicionalmente giraram em torno da *possibilidade* de se chegar ao comunismo, que se divide em duas questões: primeiro, a probabilidade do colapso do capitalismo, e segundo, dado o colapso do capitalismo, a probabilidade do surgimento do comunismo. O Marxismo Alemão acreditava no colapso inevitável do capitalismo e na possível emergência do comunismo, o Marxismo Russo estava mais seguro do colapso do capitalismo e mais seguro do caminho para o comunismo se ele realmente entrasse em colapso, enquanto a crença da Teoria Crítica na resiliência do capitalismo transformou o comunismo em uma visão utópica.

Hoje, a crença na possibilidade de um futuro comunista está sob ataque mais intenso. Não apenas o caminho para o comunismo está bloqueado, mas a própria viabilidade de tal sociedade é questionada. O ataque aberto ao Marxismo-Leninismo

na União Soviética, seu enterro na Europa Oriental e o movimento em direção a uma hegemonia mundial do capitalismo, por outro lado, são todos apresentados como evidências contra a viabilidade do socialismo. Embora tenhamos muito a aprender com a experiência do socialismo de Estado, seria falacioso concluir a partir do fracasso de uma de suas formas que o socialismo em geral é impossível. Tal afirmação teria que, no mínimo, (1) explicar os sucessos do socialismo de Estado (sob as circunstâncias mais adversas) e não apenas seus fracassos, bem como (2) demonstrar que a combinação de propriedade pública com democratização e mercados é igualmente inviável ou não resolveria os problemas econômicos do socialismo. Esta tem sido a oportunidade perdida da Europa Oriental – perdida porque o socialismo de Estado desacreditou tão efetivamente sua própria ideologia e porque, em mesmo sentido, desmobilizou efetivamente sua classe trabalhadora.

Desiludida por eventos que não se desenrolaram como esperavam, cada geração de marxistas escreve seu próprio *O Deus que Falhou* (Crossman, 1949). O marxismo, no entanto, sobrevive porque novas gerações são continuamente atraídas por suas heurísticas convincentes, tanto seu núcleo duro quanto seus cinturões teóricos (ver, por exemplo, Gouldner, 1985, Parte III). A curto prazo, o fim do socialismo de Estado pode ameaçar a viabilidade do projeto marxista, mas, a longo prazo, acredito que a vitalidade do marxismo esteja assegurada. Em primeiro lugar, o fim do socialismo de Estado libertará o marxismo dos efeitos corrosivos do Marxismo Soviético, seu ramo mais degenerado. Em particular, o debate sobre o possível significado do socialismo, bem como sobre as deficiências do socialismo de Estado, não estará mais vinculado à ortodoxia Marxista-Leninista e seu desdém por projetos alternativos. Em segundo lugar, como o capitalismo não demonstra sinais em solucionar suas próprias irracionalidades, haverá um estímulo contínuo para a busca de soluções socialistas. Em terceiro lugar, o marxismo ainda fornece uma compreensão fecunda das contradições e dinâmicas inerentes ao capitalismo. Com a ascensão do capitalismo em escala mundial, o marxismo, portanto, voltará a ter destaque mais uma vez. Nesse sentido, a longevidade do capitalismo garante a longevidade do marxismo. Eles são como gêmeos siameses – o colapso de um depende do colapso do outro.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, J. *Positivism, Presuppositions, and Current Controversies*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- ANDERSON, P. *Considerations on Western Marxism*. London: Verso Books, 1976.
- ARATO, A; BREINES, P. *The Young Lukacs and the Origins of Western Marxism*. New York: Seabury Press, 1979.
- BAHRO, R. *The Alternative in Eastern Europe*. London: Verso Books, 1978.
- BERNSTEIN, E. *Evolutionary Socialism*. New York: Schocken, [1899] 1961.
- BERNSTEIN, H. R. Marxist Historiography and the Methodology of Research Programs. *History and Theory*, v. 20, n. 4, p. 424-449, Dec. 1981.

- BOGGS, C. *Social Movements and Political Power*. Philadelphia: Temple University Press, 1986.
- BOWLES, S; GINTIS, H. *Democracy and Capitalism*. New York: Basic Books, 1986.
- CARDOSO, F. H; FALETTO, E. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1979.
- COHEN, G. A. *Karl Marx's Theory of History: A Defence*. Oxford: Oxford University Press, 1978.
- CROSSMAN, R. H. S. (ed.). *The God That Failed*. New York: Harper and Row, 1949.
- DURKHEIM, É. *Socialism and Saint-Simon*. Yellow Springs, Ohio: Antioch Press, [1896] 1958.
- ELSTER, J. *Making Sense of Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- EVANS, P; RUESCHEMEYER, D; SKOCPOL, T. (ed.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- EVANS, P; STEPHENS, J. D. Studying Development since the Sixties: The Emergence of a New Comparative Political Economy. *Theory and Society*, v. 17, n. 5, p. 713-745, Sep. 1988.
- FEYERABEND, P. K. *Against Method*. London: Verso, 1975.
- FEYERABEND, P. K. *Problems of Empiricism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- GAY, P. *The Dilemma of Democratic Socialism*. New York: Columbia University Press, 1952.
- GOULDNER, A. W. *The Two Marxisms*. New York: Seabury Press, 1980.
- GOULDNER, A. W. *Against Fragmentation*. New York: Oxford University Press, 1985.
- GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers, 1971.
- HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action*, Volume I: Reason and the Rationalization of Society. Boston: Beacon Press, 1984.
- HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action*, Volume II: Lifeworld and System. Boston: Beacon Press, 1987.
- HACKING, I. Lakatos's Philosophy of Science. In: HACKING, Ian (ed.). *Scientific Revolutions*. Oxford: Oxford University Press, 1981. p. 128-143.
- HACKING, I. *Representing and Intervening*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- HARDING, N. *Lenin's Political Thought*. London: MacMillan, 1983. 2 v.
- HILFERDING, R. *Finance Capital*. London: Routledge and Kegan Paul, 1981.
- HORKHEIMER, M. *Critical Theory*. New York: Seabury Press, 1972.
- HORKHEIMER, M; ADORNO, T. W. *Dialectic of Enlightenment*. New York: Seabury Press, [1944] 1972.
- HUGHES, H. Stuart. *Consciousness and Society*. New York: Alfred K. Knopf, 1958.
- JACOBY, R. *Dialectic of Defeat*. New York: Cambridge University Press, 1981.
- JAY, M. *Marxism and Totality*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- KAUTSKY, K. *The Class Struggle*. New York: Norton, [1891] 1971.
- KOLAKOWSKI, L. *The Road to Power*. Chicago: Samuel Bloch, 1909.

- KOLAKOWSKI, L. *Main Currents of Marxism*, Vol. III: The Breakdown. Oxford: Oxford University Press, 1978.
- KONRAD, G; SZELENYI, I. *The Intellectuals on the Road to Class Power*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1979.
- KUHN, T. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- KUHN, T. S. Logic of Discovery or Psychology of Research. In: LAKATOS, I; MUSGRAVE, A. (ed.). *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 1-25.
- LACLAU, E; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy*. London: Verso Books, 1985.
- LAKATOS, I. *The Methodology of Scientific Research Programmes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- LAUDAN, L. *Progress and its Problems*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- LENIN, V. I. *Selected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1967. 3 v.
- LICHTHEIM, G. *Marxism*. London: Routledge and Kegan Paul, 1961.
- LUKÁCS, G. *History and Class Consciousness*. Cambridge: MIT Press, [1922] 1971.
- LUXEBURG, R. *The Accumulation of Capital*. London: Routledge and Kegan Paul, [1913] 1951.
- MARCUSE, H. *Eros and Civilization*. Boston: Beacon Press, 1955.
- MARCUSE, H. *One Dimensional Man*. Boston: Beacon Press, 1964.
- MARCUSE, H. *An Essay on Liberation*. Boston: Beacon Press, 1969.
- MARX, K. Economic and Philosophical Manuscripts. In: MARX, K. *Early Writings*. New York: Viking Press, [1944] 1975. p. 279-400.
- MARX, K. Theses on Feuerbach. In: TUCKER, R. C. (ed.). *The Marx-Engels Reader*. New York: Norton, [1845] 1978. p. 143-145.
- MARX, K. *The Class Struggles in France, 1848-1850*. New York: International Publishers, [1850] 1964.
- MARX, K. *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. New York: International Publishers, [1852] 1963.
- MARX, K. *Capital*. Vol. I. New York: International Publishers, [1867] 1967.
- MARX, K. *Capital*. Vol. II. New York: International Publishers, [1885] 1967.
- MARX, K. *Capital*. Vol. III. New York: International Publishers, [1894] 1967.
- MARX, K. *The Civil War in France*. New York: International Publishers, [1848] 1968.
- MARX, K; ENGELS, F. The Communist Manifesto. In: TUCKER, R. C. (ed.). *The Marx-Engels Reader*. New York: Norton, [1845] 1978. p. 469-500.
- NEWTON-SMITH, W. H. *The Rationality of Science*. London: Routledge and Kegan Paul, 1981.
- POLAN, A. J. *Lenin and the End of Politics*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- POLANYI, M. *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.
- POLLOCK, F. State Capitalism: Its Possibilities and Limitations. In: ARATO, A; GEBHARDT, E (ed.). *The Essential Frankfurt School Reader*. New York: Urizen Books, 1978. p. 71-94.

- POPPER, K. R. *The Open Society and Its Enemies*. Vol. II: The High Tide of Prophecy: Hegel, Marx, and the Aftermath. London: Routledge and Kegan Paul, 1945.
- POPPER, K. R. *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. London: Routledge and Kegan Paul, 1963.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalism and Social Democracy*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- ROEMER, J (ed.). *Analytical Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- ROEMER, J. *Free to Lose: An Introduction to Marxist Economic Philosophy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.
- SCHORSKE, C. E. *German Social Democracy, 1905-1917: The Development of the Great Schism*. New York: Russell & Russell, 1955.
- SEIDMAN, G. W. *The Emergence of Radical Labor Movements in South Africa and Brazil*. 1990. Tese (Doutorado) – University of California, Berkeley, Berkeley, 1990.
- TROTSKY, L. Results and Prospects. In: TROTSKY, L. *The Permanent Revolution & Results and Prospects*. New York: Pathfinder, [1906] 1969. p. 36-122.
- TROTSKY, L. *The History of the Russian Revolution*. London: Pluto, [1930] 1977.
- TROTSKY, L. *The Revolution Betrayed: What Is the Soviet Union and Where Is It Going?*. New York: Pathfinder, [1936] 1972.
- TUCKER, R. C. (ed.). *The Marx-Engels Reader*. New York: Norton, 1978.
- TUDOR, H; TUDOR, J. M. (ed.). *Marxism and Social Democracy: The Revisionist Debate, 1896-1898*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- WARREN, B. *Imperialism: Pioneer of Capitalism*. London: Verso Books, 1980.
- WATERS, M (ed.). *Rosa Luxemburg Speaks*. New York: Pathfinder, 1970.
- WORRALL, J. The Ways in Which the Methodology of Scientific Research Programmes Improves on Popper's Methodology. In: RADNITZKY, G; ANDERSSON, G. (ed.). *Progress and Rationality in Science*. Dordrecht: D. Reidel, 1978. p. 55-7.
- WRIGHT, E. O. *Classes*. London: Verso Books, 1985.

Resumo

Este paper examina a reivindicação do estatuto científico do marxismo. A primeira parte considera modelos possíveis de ciência e argumenta que o mais coerente, entre eles, é a metodologia dos programas científicos de pesquisa de Imre Lakatos. Segundo essa concepção, o conhecimento científico cresce baseado em um núcleo duro de postulados que são protegidos de refutação pelo desenvolvimento de séries de teorias auxiliares. Tal tipo de programa de pesquisa é progressivo, ao invés de degenerativo, se suas teorias sucessivas forem consistentes com o núcleo, explicarem anomalias e fizerem predições, de modo que algumas delas se confirmem. Na segunda parte, eu argumento que, com algumas qualificações, a história do marxismo – de Marx e Engels, passando pelo Marxismo Alemão, pelo Marxismo Russo e, finalmente, chegando ao Marxismo Ocidental – conforma-se com o modelo de um programa de pesquisa progressivo. Na terceira parte, eu defendo que desvios do modelo, como o Marxismo Soviético, devem-se à ruptura da interação recíproca entre a heurística marxista e seus desafios históricos.

Palavras-chave: teoria marxista, epistemologia, materialismo histórico, programa de pesquisa, marxismo.

Abstract

This paper examines Marxism's claim to be a science. The first part considers possible models of science and argues that the most coherent is Imre Lakatos's methodology of scientific research programs. In his conception scientific knowledge grows on the basis of a hard core of postulates which are protected from refutation by the development of a series of auxiliary theories. Such a research program is progressive rather than degenerating if successive theories are consistent with the core, explain anomalies and make predictions, some of which are realized. In the second part I argue that with some qualifications the history of Marxism - from Marx and Engels, to German Marxism, to Russian Marxism, and finally to Western Marxism - conforms to the model of a progressive research program. In the third part I claim that deviations from the model, such as Soviet Marxism, are due to the breakdown of the reciprocal interaction between Marxism's heuristics and historical challenges.

Keywords: Marxist theory, epistemology, historical materialism, research programs, Marxism.